



ACÓRDÃO Nº76/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1971/2011.

Apensos: Processo nº 1816/2011, 3303/2010, 5258/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Responsável: Mauro Giovanni Lippi Filho (Ordenador de Despesa)

4- Órgão: Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB

5- Exercício: 2010

6- Advogado: Marco Aurelio de Lima Choy - 4271, Marcos dos Santos Carmo Filho - 6818, Edmarie de Jesus Cavalcante - 3351 e Ney Bastos Soares Junior - 4336

7- Unidade Técnica: DICAD-MA e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 405/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB. Exercício de 2010.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho**, responsável pela Secretaria Municipal de Educação – FUNDEB/SEMED, relativa ao período 19/7 a 31/12/2010, Secretário e Ordenador de Despesa, face as irregularidades praticadas com grave infração a norma legal e com dano ao erário (Relatório 245/2018 da DICOP), nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e d do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96, Bem como **julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Secretaria Municipal de Educação – FUNDEB/SEMED**, relativa ao período 1/1 a 6/7/2010, de responsabilidade do **Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**, Ordenador de Despesa, face as irregularidades praticadas com grave infração a norma legal e com dano ao erário (Relatório 245/2018 da DICOP), nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e d do inciso III do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96 e **julgar regulares com ressalvas**, a Prestação de Contas Anual da **Secretaria Municipal de Educação- FUNDEB/SEMED**, relativa ao período de 7/7 a 18/7/2010, sob a responsabilidade do **Sr. Luís Fabian P. Barbosa**, Ordenador de Despesas, nos termos do inciso II do art. 1º e inciso II do art. 22, dando



ACÓRDÃO Nº76/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Considerar em Alcance por responsabilidade solidária o Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho no valor de **R\$2.436.972,87**, responsável pela SEMED no período de 19/7 a 31/12/2010, solidariamente, com i) quanto à quantia **R\$ 15.414,46**, o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho**, Fiscal de Obras. e Empresa Danilu Construções Ltda.; ii) quanto à quantia **R\$ 11.579,75**, o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho**, Fiscal de Obras e a Empresa Marco Aurélio de Mello Ferreira; iii) quanto à quantia **R\$1.447.132,53**, o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho**, Fiscal de Obras, e a Empresa Construtora Progresso Ltda.; iv) quanto à quantia **R\$ 344.072,22**, **Sr. Claudionildo Telles Batalha**, Fiscal de Obras, e Empresa Construtora Mercure Ltda e Empresa Construtora Mercure Ltda., V) quanto à quantia de **R\$ 99.028,48**, **Sr. Fábio José Coelho Dias**, Fiscal de Obra, e Empresa Marco Aurélio De Mello Ferreira; Vi) quanto à quantia de **R\$ 189.156,34**, **Sr. Fábio José Coelho Dias**, Fiscal de Obras e Empresa Renzo, Construções, Refrigeração e Comércio de Material de Construção Ltda.; Vii) quanto à quantia **R\$ 105.200,02**, e o **Sr. Claudionildo Telles Batalha**, Fiscal de Obras. e Empresa M.P. Construções Ltda. Viii) quanto à quantia **R\$ 225.389,07**, a **Construtora Progresso Ltda.**, pelas irregularidades apontadas no (Relatório 245/2018 da DICOP), nos termos dos incisos i e iii do art. 304 do ri/tce-am, bem como **considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**, responsável pela SEMED no período de 1/1 a 6/7/2010, no valor de **R\$ 1.294.940,37**, solidariamente, quanto a quantia de **R\$ 1.183.024,97**, com o **Sr. Antônio Carlos Oliveira Coelho**, Fiscal de Obras e a empresa TEPLAN - CONSTRUTORA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA –, pelas irregularidades apontadas no Relatório 70/2018 da DICOP, nos termos dos incisos I e III do art. 304 do RI/TCE-AM;
Que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB por descumprimento de/pelas improbidades apontadas;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Mauro Giovanni Lippi Filho no valor de **R\$13.654,39**, responsável pela SEMED no período de 19/7 a 31/12/2010, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração a norma legal, conforme Relatório 245/2018 da DICOP, bem como **aplicar multa ao Sr. Vicente de Paulo de Q. Nogueira**,



ACÓRDÃO Nº76/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

responsável pela SEMED no período de 1/1 a 6/7/2010, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, no montante de **R\$13.654,39**, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração a norma legal, conforme (Relatório 245/2018 da DICOP);

Que deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias para o Cofre Municipal através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Gestão de Recursos Humanos do FUNDEB.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar** à atual administração, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que cumpra todas as regras disciplinadas na Lei federal nº 8.666/93, zelando para que as obras sejam executadas de acordo com os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade e eficiência.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral